

# Companhia Paranaense de Gás – Compagas

CNPJ 00.535.681/0001-92

**Conselho de Administração**  
 José Lupion Neto  
**Presidente**  
 Carlise Kwiatkowski  
 Eduardo Fernandes Paim  
 Anderson Gil Ramos Bastos  
 Rafael Senna Santos Imbuzeiro

**Conselho Fiscal**  
 Luis Fernando Araújo Stellfeld  
**Presidente**  
 Celso José de Faria Viana  
 Irineu Soares

**Diretoria Executiva**  
 Fernando Ghignone – Diretor Presidente  
 José Roberto Gomes Paes Leme – Diretor Técnico Comercial  
 Fábio Augusto Norcio – Diretor de Administração e Finanças

## RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO 2014

**Senhores Acionistas:**  
 Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2014.

### Conjuntura Econômica

A crise do setor elétrico abre uma grande oportunidade para o crescimento da participação do gás natural na matriz energética brasileira. Em 2014, mais de 42% do volume nacional foi direcionado à geração termelétrica, o que corresponde a 33,4 milhões de metros cúbicos (m³) por dia em todo o país, para acionamento das térmicas a fim de garantir a oferta de energia em virtude do baixo nível dos reservatórios. Em comparação ao ano de 2013, o volume térmico cresceu 27%. O crescimento do consumo de gás natural contribuiu para minimizar os efeitos da crise hídrica e consequentemente no setor elétrico, comprovando a importância do gás natural na expansão da matriz elétrica nacional.

A expectativa é que a demanda pelo combustível aumente ainda mais nos próximos anos. A partir da permissão para a participação das térmicas a gás natural na base do sistema elétrico, a oferta de energia seria maior e, ao mesmo tempo, levaria a uma menor dependência das hidrelétricas e, consequentemente, da água. Com esse cenário, abrem-se também vantagens competitivas do combustível para o uso da cogeração e da climatização através da geração distribuída, uma alternativa moderna e eficaz ao uso da energia elétrica.

De acordo com o levantamento estatístico da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), a utilização do gás para cogeração cresceu 4,2% em 2014, alcançando a média total de 2,5 milhões de m³/dia.

O setor industrial também registrou fechamento positivo com uma média de consumo de 28,4 milhões de m³/dia, 1,1% maior que em 2013. Já o setor de matéria-prima registrou queda de 3,31%. No setor automotivo, o desempenho também foi menor. Com 6,3% de participação no mercado, o segmento registrou consumo de 4,9 milhões de m³/dia em 2014, representando redução de 3,2% em relação ao ano anterior. Porém, mesmo com a retração no segmento, a expectativa de crescimento para 2015 é expressiva, em virtude da economia proporcionada pelo GNV em comparação com a gasolina e o etanol.

Nos segmentos de varejo, o volume distribuído para residências recuou 3,9%, enquanto o mercado comercial cresceu 2,9%.

No geral, a média anual de gás natural comercializado no país foi de 78,1 milhões de m³/dia, 16,3% maior que em 2013. Sem considerar a geração elétrica, o consumo de gás em 2014 registrou alta de 9,04%. O ano encerrou com mais de 27,3 mil quilômetros de redes construídas em todos os estados que distribuem o gás canalizado a mais de 2,6 milhões de consumidores.

### Desempenho da Compagas

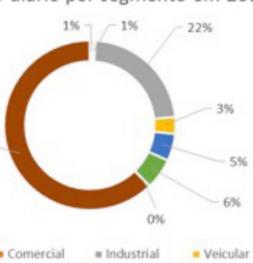
O volume de vendas da Compagas em 2014 foi o maior de toda a história e atingiu a média anual de 2.803.114 m³/dia. A alta é de 169% em relação ao volume comercializado pela companhia em 2013, que foi de 1.042.123 m³/dia. O incremento de mais de 1,7 milhões de m³/dia é justificado pelo contrato assinado com a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA).

Até janeiro de 2014, o volume utilizado pela UEGA foi apenas transportado pela Compagas. A partir de fevereiro de 2014 com a celebração do contrato entre a Compagas e a UEGA, no valor de R\$ 1,5 bilhões para suprimento de gás natural por um ano, permitiu o Estado do Paraná contribuir com a geração de 460 MW para o Sistema Interligado Nacional (SIN) e ampliou significativamente o faturamento da companhia, bem como o volume de vendas de gás natural.

No ano, a térmica e as indústrias consumiram cerca de 96% do total comercializado pela Compagas, seguidos pelos segmentos veicular, comercial e residencial. Se excluímos o volume vendido para a UEGA, o crescimento do mercado não térmico em 2014 foi de 2% em relação a 2013.

O volume comercializado pela companhia correspondeu a 3,86% do total de gás natural vendido no país. Entre os estados do Sul, a representatividade foi de 42%.

Volume médio diário por segmento em 2014 (%)



Comercialização (m³/dia)	Média 2013 (m³/d)	Média 2014 (m³/d)	2013/2014 (%)
Residencial	14.058	15.241	8%
Comercial	14.760	14.787	0%
Industrial	538.486	627.152	16%
Veicular	93.237	90.100	-3%
Cogeração	214.966	145.132	-32%
Matéria-Prima	166.077	165.138	-1%
G.E.E.	539	1.146	113%
<b>Total mercado não térmico</b>	<b>1.042.123</b>	<b>1.058.696</b>	<b>2%</b>
Térmica*	1.195.158	1.744.418	46%
<b>Total comercializado</b>	<b>1.042.123</b>	<b>2.803.114</b>	<b>169%</b>

\*O volume utilizado pela térmica até janeiro de 2014 era contabilizado como de transporte. A partir desta data o volume passou a ser comercializado pela Compagas.

Com crescimento de 24% em 2014, a carteira de clientes da Compagas apresentou a entrada em operação de mais de 5 mil novos consumidores, totalizando 26.052 clientes, com destaque para os segmentos residencial e comercial.

Participação de clientes por segmento em 2014 (%)



Mercados	2013	2014	2013/2014 (%)
Residencial	20.465	25.466	24%
Comercial	373	402	8%
Industrial	135	138	2%
Veicular	39	38	-3%
Cogeração	2	2	0%
Matéria-Prima	1	2	100%
G.E.E.	2	3	50%
<b>Total mercado não térmico</b>	<b>21.017</b>	<b>26.051</b>	<b>24%</b>
Térmica	1	1	0%
<b>Total</b>	<b>21.018</b>	<b>26.052</b>	<b>24%</b>

### Desempenho dos Negócios

Em 31 de dezembro de 2014 a Compagas atendia a 26.052 unidades consumidoras, sendo 138 indústrias, 38 postos de Gás Natural Veicular, 402 estabelecimentos comerciais, 25.466 residências, 2 empresas com cogeração, 1 empresa que utiliza o gás natural como matéria-prima, 3 empresas com geração de energia elétrica em horários de ponta e 1 que utiliza o gás para geração elétrica, a Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA). As vendas totais de gás foram de 2.803.114 m³/dia, assim distribuídas: industrial – 627.152 m³/dia; cogeração – 145.132 m³/dia; matéria-prima – 165.138 m³/dia; geração de energia elétrica – 1.146 m³/dia; veicular – 90.100 m³/dia; comercial – 14.787 m³/dia; residencial – 15.241 m³/dia e Usina Elétrica a Gás de Araucária (UEGA) – 1.744.418 m³/dia. O LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) foi de R\$ 97,8 milhões, correspondendo a 26% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido da Companhia em 2014 foi de R\$ 60,4 milhões.

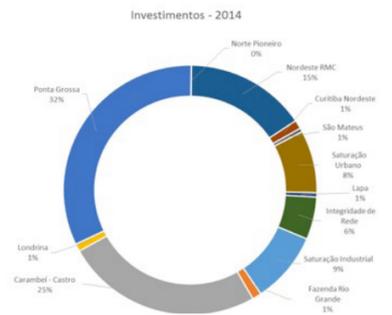
### Recursos Financeiros

Para financiar o plano de investimentos 2012 a 2014 a Compagas contratou debêntures até o limite de R\$ 62 milhões junto ao BNDESPAR. A contratação foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária e até o final de 2014 foram liberados para a companhia o valor de R\$ 53,3 milhões.

### Investimentos

Em 2014, a Compagas prosseguiu com a expansão da infraestrutura de rede de distribuição, com o objetivo de criar condições para o atendimento de futuros consumidores. No período, a malha de dutos cresceu 80 km, totalizando 726 km, um aumento de 12% em relação a 2013. Este crescimento exigiu investimentos totais de R\$ 81,4 milhões. Os projetos incluem a construção dos ramais do Projeto Nordeste RMC, com a execução de ramais de linha tronco e também de derivação em Campina Grande do Sul, o início das obras de ampliação nos Campos Gerais, com a construção da rede nos municípios de Ponta Grossa, Carambei e Castro, e a saturação dos segmentos urbano e industrial e integridade da rede. Além da rede, a Compagas investiu nas obras para ligação de clientes, agregando mais 5.001 clientes residenciais, 29 comerciais e cinco indústrias.

### DISTRIBUIÇÃO DE INVESTIMENTOS



### Indicadores Operacionais

A Companhia encerrou o ano de 2014 com uma rede de distribuição de gás de 726 km, suprindo os municípios de Araucária, Balsa Nova, Campo Largo, Curitiba, Palmeira, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande e Londrina. Esta rede, composta de 434 km de aço carbono e de 286 km em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) – (sendo 254 km de PE-80 e 33 km de PE-100) –, foi construída para oferecer aos seus clientes um elevado grau de confiabilidade no abastecimento.

DEG = 19 min – Duração equivalente de interrupção de gás (intervalo de tempo que cada consumidor sofreu descontinuidade no suprimento de gás)

FEG = 0,05 – Frequência equivalente de interrupção de gás (nº médio de interrupções em cada consumidor)

TAI = 29 min – Tempo de atendimento de interrupção (intervalo médio entre o horário da solicitação de atendimento da ocorrência e o horário de chegada ao local)

Perdas = 0,52 % - Perdas de operação-manutenção (Percentual do volume faturado no ano).

TFCA = 3,44 – Taxa de frequência de acidentes com afastamentos (nº de acidentes com funcionários/milhão de hh)

TG = 24 – Taxa de Gravidade (nº de dias perdidos/milhão de hh)

### Administração

#### Gestão de Pessoas

O quadro de pessoal da Compagas encerrou 2014 com 179 colaboradores, sendo 160 pessoas do quadro próprio.

A Compagas obteve uma importante conquista em 2014 com a implantação do novo Plano de Cargos e Salários (PCS) da empresa. Este instrumento, de concepção moderna, aprimora a qualidade do clima organizacional, estimula o incremento do desempenho dos funcionários e amplia a retenção de talentos.

Também foi implantado a nova Metodologia de Avaliação de Desempenho dos funcionários. Parâmetros de avaliação claros, estabelecimento de padrões de alto desempenho, melhoria do processo de comunicação entre gestores e equipes e ampliação das competências de liderança, são alguns de vários benefícios propiciados pela nova metodologia.

Ainda visando a qualificação e o desenvolvimento dos seus empregados, a Compagas investiu R\$ 161.206,93 em 3951 horas de capacitação dos seus colaboradores.

### Contratos e Licitações

A Compagas, alinhada à legislação que rege os processos administrativos, contratos e licitações, realizou contratações através das modalidades Concorrência, Tomada de Preços, Pregão Presencial e Pregão Eletrônico em um total de 113 processos licitatórios. No ano, também foram elaborados 208 contratos, realizadas 89 contratações por Dispensa por Valor e 38 por Inexigibilidade e 11 contratações por Dispensa.

### Serviços ao Cliente

A Compagas mantém a disposição de todos os clientes e da comunidade em geral o serviço de atendimento através do 0800 6438383, bem como de forma eletrônica e presencial. Em 2014, a companhia registrou cerca de 37 mil contatos telefônicos, um acréscimo de 18% na comparação com o ano anterior, e também cerca de 2 mil solicitações no Fale Conosco. Este aumento é decorrente, principalmente, da expansão da base de clientes do mercado urbano.

Para melhor atender seus clientes, a companhia instalou, em Curitiba, o Espaço Compagas, um ponto presencial de atendimento. Dentre os serviços oferecidos no local estão a emissão de segunda via de fatura, solicitação de serviços técnicos, atualização de cadastro, solicitação de mudança de titularidade, solicitação de liberação ou desligamento de gás e esclarecimentos de dúvidas.

### Meio Ambiente e Segurança

Em 2014, a Compagas obteve licenças e autorizações ambientais para a execução de seus projetos e operação da rede de distribuição de gás natural. Entre os principais estão, a licença de Instalação para o Projeto Ponta Grossa-Carambei-Castro, a renovação da licença de instalação para o Trecho Londrina-Maringá, a renovação da licença de operação para o Ramal da Usina Elétrica a Gás de Araucária, além de 11 autorizações ambientais. Todas as licenças e autorizações foram concedidas pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

No ano também foi finalizado o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (EIA/RIMA) para o projeto que visa interligar os municípios de Araucária, Lapa e São Mateus do Sul. O EIA/RIMA foi entregue ao IAP para análise.

Quanto aos procedimentos relacionados aos novos projetos, estão as audiências públicas realizadas nos municípios de Jataizinho, Cornéio Procopio, Doutor Ulysses e Curitiba para apresentar à população o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da implantação da rede de distribuição de gás natural do Projeto Centro-Norte do Paraná. O objetivo foi explicar questões relativas à obra de construção da rede, bem como seus impactos na comunidade local e no meio ambiente, e as medidas compensatórias planejadas pela Companhia.

A Compagas também deu continuidade ao Programa de Gerenciamento de Resíduos, iniciado em 2009. No ano foram destinados para reciclagem 490 kg de plástico, 214 lâmpadas, 2.020 kg de papel, além de 411 kg de resíduos perigosos que foram encaminhados para aterro de resíduos de classe I.

Preocupada com a segurança de sua rede de distribuição e da comunidade em geral, em 2014, a Compagas realizou ações nas comunidades próximas ao traçado da rede de distribuição. O Programa de Comunicação nas Obras foi realizado nos trechos onde foram executadas obras, com a distribuição de informativos aos moradores e comerciantes da região.

A equipe de segurança do trabalho realizou mais de mil inspeções ao longo das obras da Compagas, que geraram um total de 282 Relatórios de Inspeção de Segurança (RIS).

### Relações com a Comunidade e Responsabilidade Social

Anualmente, parte do Imposto de Renda é destinado a projetos culturais cobertos pela Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). Em 2014, o apoio foi direcionado a três projetos: Natal Encantado, Livro Paraná e Projeto Esmanhoto – 35 anos de Pintura.

Pela Lei de Incentivo ao Esporte, a Compagas apoiou dois projetos: “Natação para todos”, da Fundação Nadar, e “Esgrima em Cadeira de Rodas”, da Associação dos Deficientes Físicos do Paraná.

Através dos recursos destinados ao Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), a Compagas apoiou o Projeto “Investindo em Sorrisos”, da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano. O projeto prevê atendimentos a crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de quatro a 18 anos, com deficiência intelectual e vulnerabilidade social.

A empresa também se preocupou em direcionar ações para as comunidades que estão sob a sua área de atuação geográfica, prestando informação e levando orientações àquelas populações que estejam submetidas a impactos inerentes à atividade de distribuição de gás natural.

Em 2014, os municípios de Ponta Grossa, Carambei e Castro, localizados na Região dos Campos Gerais, receberam o Programa de Comunicação com a Comunidade. Cerca de 12 mil alunos de 6 a 10 anos das escolas instaladas nas proximidades do traçado da rede de distribuição assistiram apresentações de teatro com a presença do Gastubinho (mascote da Compagas) explicando as características, utilizações e questões de segurança relacionadas ao gás natural.

Através de um circuito de atividades lúdicas, a Compagas promoveu pela primeira vez o Programa de Educação Patrimonial em escolas da Região Metropolitana de Curitiba, nos municípios de Colombo, Pinhais, Quatro Barras e Campina Grande do Sul. O objetivo foi promover entre as crianças do 5º ano do ensino fundamental a reflexão e o sentimento de pertencimento em relação ao patrimônio cultural pré-histórico e histórico da região onde moram.

### Perspectivas para 2015

Em 2015, a Compagas prevê um investimento total superior a R\$ 85 milhões para a construção de 65,2 km de rede e captação de mais de 5 mil novos consumidores.

A expansão da Compagas continua pelos Campos Gerais. As obras de ampliação da rede de distribuição de gás natural na região devem receber, em 2015, um investimento de R\$ 40 milhões. O projeto, que contempla os municípios de Ponta Grossa, Carambei e Castro, está em ritmo acelerado e deve ser concluído até setembro de 2015. No total, o projeto prevê a construção de uma linha de 75 km de dutos interligando os municípios e o investimento final ficará em R\$ 81,9 milhões. Na região, haverá um investimento de R\$ 2 milhões para o início das obras que visa atender o segmento residencial em Ponta Grossa.

O município de Araucária também contará com investimento para o mercado urbano. Está prevista a execução de 1,4 km de rede para atendimento ao empreendimento residencial do bairro Capela Velha. O investimento será de R\$ 1,07 milhões.

Entre as novas apostas para o interior está a finalização do projeto executivo para atendimento ao município de São Mateus do Sul. O município da Lapa também deve ser contemplado com a expansão da rede de gás natural. Para a região norte do Paraná será destinado um investimento de cerca de R\$ 1,5 milhões para a construção de novas redes nos municípios de Cambé e Rolândia.

A Compagas prevê ainda o desenvolvimento de pesquisas e estudos para novas alternativas de suprimento, entre elas o biogás. O restante do investimento está direcionado ao projeto Nordeste Região Metropolitana de Curitiba (RMC), com a finalização das obras no município de Campina Grande do Sul, à saturação da rede existente nos municípios que contam com a rede de gás canalizado, e à área administrativa da companhia.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013		Nota	2014	2013
<b>Ativos</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	92.936	34.427	Fornecedores	11	252.541	52.882
Aplicação financeira	5	6.488	-	Debêntures	17	5.134	-
Contas a receber de clientes e outras	6	182.491	37.804	Impostos a pagar	12	4.806	3.890
Estoques		2.150	1.068	Provisões trabalhistas e encargos sociais a pagar		5.152	4.494
Impostos a recuperar	8	35.413	6.760	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	14	15.545	5.598
Créditos nas operações de venda de gás	7	1.532	2.231	Debitos nas operações de venda e aquisição de gás		94	94
Despesas antecipadas		262	260	Outros passivos		1.644	920
Outros ativos		523	1.143	<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>284.916</b>	<b>67.878</b>
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>321.795</b>	<b>83.693</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				Debêntures	17	48.420	-
Ativos financeiros da concessão	10.1	1.920	-	Benefícios a empregados	16	4.844	2.499
Impostos a recuperar	8	16.641	3.291	Provisao para Contingências	13	16.654	888
Impostos diferidos ativos	9.3	15.211	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.3	-	2.075
Créditos nas operações de venda de gás	7	3.068	11.480	Outros passivos		1.360	-
Despesas antecipadas		175	197	<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>71.278</b>	<b>5.462</b>
Depósitos judiciais		5.375	311	<b>Patrimônio Líquido</b>			
Outros ativos		30	30	Capital social	14	135.943	135.943
Intangível	10.2	270.005	209.964	Reservas de lucro		142.083	99.683
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>312.425</b>	<b>225.273</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>278.026</b>	<b>235.626</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>634.220</b>	<b>308.966</b>	<b>Total do patrimônio líquido e passivos</b>		<b>634.220</b>	<b>308.966</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
Receita líquida - venda de gás e serviços	18	1.664.646	382.011
Receita de construção - CPC 17	20	81.504	40.999
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	19	(1.524.043)	(318.729)
Custo de construção - CPC 17	20	(81.504)	(40.999)
<b>Lucro bruto</b>		<b>140.603</b>	<b>63.282</b>
Despesas com vendas	19	(15.799)	(14.718)
Despesas gerais e administrativas	19	(47.854)	(28.054)
Outras despesas e receitas operacionais		3.918	954
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>80.868</b>	<b>21.464</b>
Receitas financeiras	21	4.972	4.034
Despesas financeiras	21	(823)	(70)
		4.149	3.964
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>85.017</b>	<b>25.428</b>
Corrente	9	(41.140)	(7.806)
Diferido	9	16.489	863
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>60.366</b>	<b>18.485</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)			
	2014	2013	
Resultado do exercício	60.366	18.485	
<b>Itens que nunca serão reclassificados para o resultado</b>			
<b>Resultados abrangentes</b>	(1.548)	-	
Perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	(2.345)	-	
Tributos s/perda atuarial com planos de benefícios de aposentadoria	797	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>58.818</b>	<b>18.485</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>60.366</b>	<b>18.485</b>
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Depreciação e amortização	10	16.921	15.780
Despesa de imposto de renda e contribuição social	9	24.651	6.943
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6	251	299
(Ganho) perda para ajuste de preço nas operações de compra de gás		20.331	(2.412)
Provisão para contingências	13 e 16	15.766	(268)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures		3.114	-
Resultado na baixa do intangível		238	933
		141.638	39.760
<b>Variações nos ativos e passivos</b>			
(Aumento) de aplicação financeira		(6.488)	-
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras		(144.938)	7.256
(Aumento) de estoques		(1.082)	(198)
(Aumento) redução de impostos a recuperar		(42.003)	183
(Aumento)redução de créditos nas operações de gás		(11.220)	1.534
Redução de despesas antecipadas		20	114
(Aumento) depósitos judiciais		(5.064)	(39)
(Aumento) de outros ativos		(1.300)	(123)
Aumento de fornecedores de gás e contas a pagar		199.659	7.009
Aumento de impostos a pagar		916	3.625
Aumento de provisões trabalhistas e encargos sociais		658	782
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(45.259)	(16.451)
Aumento de outras contas a pagar		4.437	834
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>89.974</b>	<b>44.286</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativo intangível	10	(77.200)	(42.130)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(77.200)</b>	<b>(42.130)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Dividendos pagos		(4.705)	(3.722)
Pagamento de encargos		(2.938)	-
Emissão de debêntures		53.378	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>45.735</b>	<b>(3.722)</b>
<b>Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>58.509</b>	<b>(1.566)</b>
No início do exercício		34.427	35.993
No fim do exercício		92.936	34.427
		58.509	(1.566)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)			
	Nota	2014	2013
<b>Receitas</b>			
Venda de produtos e serviços		2.034.463	482.838
(-) ICMS - substituição tributária		(3.198)	(2.964)
Outras receitas		85.423	41.953
		2.116.688	521.827
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(1.577.992)	(414.495)	(24.752)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(27.342)	(6.076)
Outros		(1.630.086)	(444.194)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>486.602</b>	<b>77.633</b>
Depreciação e amortização	10	(16.921)	(15.780)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela Companhia</b>		<b>469.681</b>	<b>61.853</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	21	4.984	4.034
		4.984	4.034
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>474.665</b>	<b>65.887</b>
<b>Pessoal</b>			
Remuneração direta		18.572	15.152
Benefícios		4.183	3.380
FGTS		1.055	987
		23.810	19.519
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>			
Federais		210.287	16.663
Estaduais		175.793	8.146
Municipais		114	302
		386.194	25.111
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>			
Juros, multas e variações monetárias		836	69
Aluguéis		3.459	2.702
		4.295	2.771
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Dividendos	14	16.102	5.165
Lucros retidos		44.264	13.321
		60.366	18.486
<b>Valor adicionado distribuído</b>		<b>474.665</b>	<b>65.887</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

(Em milhares de Reais)								
	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros não realizados	Lucros		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		<b>135.943</b>	<b>17.296</b>	<b>62.115</b>	<b>6.952</b>	-	<b>222.306</b>	
Realização da reserva de lucro		-	-	3.476	(3.476)	-	-	
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	18.485	18.485	
Destinações:						-	-	
· Constituição de reserva legal		-	924	-	-	(924)	-	
· Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	-	(5.165)	(5.165)	
· Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	12.396	-	(12.396)	-	
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013</b>		<b>135.943</b>	<b>18.220</b>	<b>77.987</b>	<b>3.476</b>	-	<b>235.626</b>	
Dividendo adicional		-	-	(316)	-	-	(316)	
Realização da reserva de lucro		-	-	3.476	(3.476)	-	-	
Lucro líquido do exercício	14	-	-	-	-	60.366	60.366	
Destinações:						-	-	
· Constituição de reserva legal		-	3.018	-	-	(3.018)	-	
· Dividendos obrigatórios	14.4	-	-	-	-	(16.102)	(16.102)	
· Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	41.246	-	(41.246)	-	
Perdas atuariais		-	-	(2.345)	-	-	(2.345)	
Tributos s/perdas atuariais		-	-	797	-	-	797	
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>		<b>135.943</b>	<b>21.238</b>	<b>120.845</b>	-	-	<b>278.026</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1 Contexto operacional

A Companhia Paranaense de Gás – Compagas (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista constituída em 6 de julho de 1994, com sede na Rua Hasdrúbal Bellegard, 1177, em Curitiba, cuja atividade principal é a exploração do serviço público de fornecimento de gás natural canalizado, conforme estabelece a Lei Estadual nº 10.856/94, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do Art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia possui um Contrato que outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado do Paraná, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período mediante requerimento da Concessionária. O objeto da concessão consiste na exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado e demais atividades correlatas e afins, seja para utilização por todos os segmentos do mercado consumidor, seja como matéria prima, seja para geração de energia ou outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, o Estado do Paraná, e a Companhia será indenizada pelos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão ao valor de reposição depreciado, avaliados por empresa de auditoria independente, determinado com base nos valores a serem apurados à época.

A Companhia iniciou suas operações comerciais em 1º de outubro de 1998 e possui atualmente uma rede de distribuição de 726 km e conta com 172 empregados (163 em dezembro de 2013).

### 2 Base de preparação

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A autorização pela diretoria da Companhia para a emissão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 ocorreu em 25 de fevereiro de 2015.

#### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio de resultado.

#### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 10 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota explicativa 13 - Provisão para contingências;
- Nota explicativa 16 – Benefícios a empregados;
- Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros.

### 3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

#### a. Reconhecimento da receita

##### a.1 Receita de prestação de serviços

As receitas representam o valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, deduzida de quaisquer estimativas, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador, se aplicável.

Mais especificamente, a receita de venda de gás é reconhecida quando o produto é entregue ao cliente.

##### a.2 Receita e custo de construção

As receitas e custos de construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretção Técnica ICPC01, foram reconhecidos conforme CPC30 – Receitas, que orienta o reconhecimento da receita na proporção dos gastos incorridos e considerados recuperáveis, esclarecendo que quando não é possível efetuar estimativa confiável sobre a realização do ativo, somente deve ser reconhecido o ativo até o montante considerado provável de realização.

A orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão - determina que empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso, é obrigatória a evidência das receitas e dos custos de construção.

A Compagás não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras. Desse modo, a construção se apresenta para a Companhia integralmente como um custo de colocação de ativos à disposição para a distribuição de gás natural.

No caso da construção de infraestrutura, a receita é reconhecida no resultado por valor igual ao seu respectivo custo, tendo em vista que a Administração entende que a construção de infraestrutura não é uma fonte de receita e, portanto, de resultado, conforme demonstrado na nota explicativa 20.

##### a.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros, quando aplicáveis. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

#### b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

#### c. Instrumentos financeiros

##### (i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

### (ii) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### (iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

São instrumentos financeiros cujo reconhecimento inicial é efetuado com base no valor justo e sua variação, proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva, é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, é registrada no resultado do exercício. No momento da liquidação, as perdas ou os ganhos acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no resultado do exercício.

### (iv) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros como estoques e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

### f. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente anual de R\$ 240 para imposto de renda, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### g. Provisão

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é mais provável que não que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### h. Benefícios a empregados

#### (i) Planos de contribuição definida

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

O plano previdenciário chamado de “Plano III” é caracterizado pela acumulação de poupança na fase de atividade dos indivíduos, com reversão da poupança em renda no momento do direito a conquista do direito aos benefícios.

#### (ii) Plano assistencial

O plano assistencial chamado de “Pró-saúde” é caracterizado pelo custeio mensal da patrocinadora e empregados, calculado de acordo com o regime de repartição anual, com características de transferência de custeio intergeracional, com avaliação de passivo a longo prazo para o período de pós emprego.

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Caixa e bancos	62	342
Aplicação financeira		
Fundo de investimento	41.244	3.857
CDB	51.630	30.228
	92.936	34.427

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas em ativos de renda fixa - CDB, e fundos de investimentos referenciados à taxa DI e distribuídas entre o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal com remuneração média de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento, sem perda de rendimentos e atendem os requisitos de diversificação, rentabilidade e segurança estabelecida pela Administração. A taxa acumulada do CDI em 31 de dezembro de 2014 é de 10,81 (8,06% em 31 de dezembro de 2013).

### 5 Aplicação financeira

Aplicações no montante de R\$ 6.488 mil em fundos de investimentos junto ao Banco Itaú, em conta reserva vinculada ao contrato de debêntures firmado com o BNDES em 2014, conforme nota explicativa 16.

### 6 Contas a receber de clientes e outras

	2014	2013
Distribuição de gás canalizado	183.801	33.573
Companhia Paranaense de Energia – Copel (partes relacionadas - nota explicativa 15) **	-	5.308
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.310)	(1.077)
	182.491	37.804

O prazo médio de recebimento de clientes é de 30 a 45 dias.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa	2014	2013
Saldo no início do exercício	(1.077)	(838)
Constituição de provisão no exercício	(251)	(299)
Valores recuperados durante o exercício	18	60
Saldo no fim do exercício	(1.310)	(1.077)

As contas a receber de clientes tem a seguinte composição por idade de vencimento:

	2014	2013
A vencer	181.463	30.611
Vencidos até 60 dias	475	1.604
Vencidos de 61 até 180 dias	312	176
Vencidos acima de 181 dias	1.551	1.182
	183.801	33.573

(\*\*) Refere-se à margem de distribuição no fornecimento de gás para a usina termelétrica de Araucária ocorrido até 2005. Em 24 de novembro de 2006 foi assinado um contrato de transação extrajudicial com confissão de dívida no qual a Companhia Paranaense de Energia - Copel reconheceu o montante de R\$ 26.334 como obrigação para com a Companhia. Neste contrato de reconhecimento de dívida, as partes acordaram que o valor de R\$ 26.334 seria pago pela Companhia Paranaense de Energia - Copel a partir de 1º de janeiro de 2010 em 60 parcelas, sendo o saldo corrigido pela taxa SELIC a partir desta data. Até 31 de dezembro de 2014 foi recebido o montante de R\$ 26.334, valor equivalente ao principal acrescido da correção.

### 7 Créditos nas operações de venda de gás

	2014	2013
Créditos de “Ship/Take or Pay” – Gás (*)	26.797	13.504
(-) Impairment – “Ship or Pay” (*)	(23.729)	-
Créditos nas operações de venda de gás	1.532	207
	4.600	13.711

Ativo circulante	1.532	2.231
Ativo não circulante	3.068	11.480

(\*) Refere-se ao contrato de aquisição de gás junto à Petrobras, relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Companhia possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Este saldo é corrigido mensalmente, atualizando o valor de recuperação. De acordo com as disposições contratuais e perspectivas de consumo, decorrente da revisão dos projetos e cenários para os próximos anos, a Companhia efetuou ajuste de valor recuperável (impairment) do crédito de ship or pay a compensar.

Ano	Valor original a compensar
2008	1.620
2009	4.251
2010	3.485
2011	467
2014	13.118
	22.941

Considerando o plano de expansão da Companhia e as perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração entende que a compensação do volume de gás acumulado até 31 de dezembro de 2014 será efetuada parcialmente. Abaixo apresentamos as estimativas de valores de compensação anuais, para o saldo do ativo não circulante:

Ano	Valor a compensar
2019	3.068
	3.068

### 8 Impostos a recuperar

	2014	2013
IRPJ e CSLL a compensar	3.176	3.785
IRRF a compensar	774	475
PIS	587	958
COFINS	2.704	4.412
ICMS	44.813	421
	52.054	10.051
Circulante	35.413	6.760
Não circulante	16.641	3.291

Os saldos de IRPJ e CSLL a compensar são provenientes dos recolhimentos efetuados pelo critério de estimativa mensal e o saldo de IRRF a compensar é proveniente da tributação dos rendimentos de aplicações financeiras.

Os valores de Pis e Cofins a compensar são decorrentes dos créditos destas contribuições apuradas sobre os valores de construção da rede de gás e benfeitorias em bens de terceiros. A partir de 31/12/2012 a Companhia passou a compensar o PIS e o COFINS, conforme disposto na Instrução Normativa 457/04, mediante a aplicação das alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, sobre a parcela de 1/48 avos do valor de aquisição destes bens.

O valor do ICMS a compensar é decorrente do crédito não cumulativo deste imposto apurado sobre os valores de aquisição do gás destinado à usina termelétrica de Araucária. A Companhia passou a apurar este crédito mediante a aplicação da alíquota de ICMS incidente sobre o valor de aquisição do gás. Em 5 de maio de 2014 foi publicado o Decreto 10.957, o qual revogou tal diferimento, ou seja, a partir desta data as vendas de gás destinadas a usina elétrica para utilização como insumo serão tributadas pelo ICMS.

### 9 Imposto de renda e contribuição social

#### 9.1 Resultado do exercício (despesa)/receita

	2014	2013
Imposto corrente		
Imposto de renda	(29.938)	(5.626)
Contribuição social	(11.202)	(2.180)
	(41.140)	(7.806)
Imposto diferido		
Imposto de renda	12.124	635
Contribuição social	4.365	228
	16.489	863
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(24.651)	(6.943)

#### 9.2 Demonstração do cálculo da despesa com imposto de renda – IRPJ e contribuição social – CSLL:

	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	85.017	25.428
Impostos à alíquota teórica de 34%	(28.906)	(8.645)
Adições e exclusões permanentes:		
Adições e exclusões líquidas	3.580	1.294
Incentivos fiscais	675	408
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(24.651)	(6.943)
Alíquota efetiva	29%	27%

#### 9.3 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2014	2013
<b>Adições temporárias</b>		
Provisão atuarial	4.844	2.499
Provisão para riscos trabalhistas e cíveis	16.654	888
Provisão de créditos nas operações de aquisição gás	23.239	-
Base de cálculo IRPJ e CSLL	44.737	3.387
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre adições temporárias	15.211	1.152
<b>Exclusões temporárias</b>		
Contas a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel(*)	-	(5.267)
Reversão de provisão de créditos nas operações de aquisição gás	-	(4.224)
Base de cálculo IRPJ e CSLL	-	(9.491)
Alíquota utilizada de IRPJ e CSLL	34%	34%
IRPJ e CSLL sobre exclusões temporárias	-	(3.227)
	15.211	(2.075)

(\*) Este valor é referente ao principal da dívida.

Para fins de tributação do imposto de renda e contribuição social, a receita referente a transação extrajudicial com confissão de dívida junto a Copel (nota 7), foi diferida conforme artigo 409 do RIR/99.

Os créditos reconhecidos sobre diferenças temporárias estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros e consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro. O valor (receita) dos impostos diferidos registrado no resultado em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 16.489 (R\$ 863 em 2013). O valor dos impostos diferidos registrado diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 foi R\$ 797.

### 10 Ativos de concessão – ativo financeiro e ativo intangível

#### 10.1 Ativos de concessão

Com base nas características estabelecidas no contrato de distribuição de gás natural canalizado, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição de gás natural, abrangendo:

a) parcela dos investimentos efetuados nos dez anos anteriores ao término da concessão reconhecida como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível devido a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de gás natural pelos consumidores.

			Líquido	
	Custo	Amortização	2014	2013
Ativo intangível de concessão				
Em serviço	280.589	(121.997)	158.592	139.246
Em formação	111.413	-	111.413	70.718
Total do intangível	392.002	(121.997)	270.005	209.964
Ativo financeiro indenizável da concessão	1.920	-	1.920	-
Total do ativo de concessão e intangível	393.922	(121.997)	271.925	209.964

#### 10.2 Ativos financeiros da concessão

De acordo com o Contrato de Concessão, há a previsão de reembolso dos investimentos realizados nos últimos dez anos anteriores ao término da concessão pelo seu valor de reposição depreciado, o que configura um reconhecimento de ativo financeiro.

Os valores calculados para composição do ativo financeiro estão apresentados a seguir:

	2014
Parcela dos bens indenizáveis ao final da concessão	1.920
Total do ativo financeiro	1.920

No ano de 2001, para melhorar a atratividade de investimentos para o setor no longo prazo e ampliar a participação do gás natural na matriz energética do estado, o contrato de concessão foi aditado com a alteração na regra de remuneração que confronta a receita e os custos. O preço limite estabelecido pelo órgão regulador leva em consideração a vida útil dos ativos, os quais estão definidos contratualmente como 30 anos para rede de gás e 10 anos para os demais ativos.

Devido a Companhia amortizar os bens adquiridos anteriores aos 10 anos do final do prazo da concessão, com base na vida útil ou prazo de concessão, dos dois o menor, os bens com vida útil superior ao prazo de concessão estariam totalmente amortizados ao fim desta. Porém, devido ao aditamento que alterou a remuneração supracitado e baseada no artigo 36 da Lei 8.957/95, a qual estabelece que haverá indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, a Companhia entende que os bens com vida útil superior à concessão, independentemente da data de aquisição, terão direito a reembolso. O valor residual estimado pela Companhia é de R\$ 69.994 relativo aos investimentos efetuados até 31 de dezembro de 2014. Esse valor residual, por não estar determinado no contrato de concessão o seu reembolso, está sendo amortizado até o final do prazo contratual.

#### 10.3 Ativo intangível – composição

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2014	Movimentações – 2014			Saldo em 31/12/2013
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de concessão						
Gasodutos	30	219.795	516	29.575	-	189.704
Equip. operação gasoduto	10	46.931	2.503	1.648	(26)	42.806
Benfeitorias em bens 3ºs	10	1.414	537	-	(70)	947
Móveis e utensílios	10	1.758	369	-	(210)	1.599
Equip. de informática	10	2.662	223	-	(6)	2.445
Veículos	10	2.683	1.030	-	(79)	1.732
Software e outros		5.346	104	-	-	5.242
Amortização acumulada		(121.997)	(16.921)	-	153	(105.229)
Total do intangível em serviço		158.592	(11.639)	31.223	(238)	139.246
Total do intangível em formação		111.413	73.838	(33.143)	-	70.718
Transferência ativo financeiro		1.920	-	1.920	-	-
Total do ativo intangível e financeiro		271.925	62.199	-	(238)	209.964

	Vida útil média em anos	Saldo em 31/12/2013	Movimentações – 2013			Saldo em 31/12/2012
			Adições	Transferências	Baixas	
Contrato de Concessão						
Gasodutos	30	189.704	-	18.467	-	171.237
Equip.operação gasoduto	10	42.806	378	1.221	(52)	41.259
Benfeitorias em Bens 3ºs	10	947	85	-	(311)	1.173
Móveis e Utensílios	10	1.599	803	-	-	796
Equip.de Informática	10	2.445	890	-	(25)	1.580
Veiculos	10	1.732	334	-	-	1.398
Software e outros	10	5.242	1.151	-	-	4.091
Amortização acumulada		(105.229)	(15.780)	-	375	(89.824)
Total do intangível em serviço		139.246	(12.139)	19.688	(13)	131.710
Total do intangível em formação		70.718	38.488	(19.688)	(920)	52.838
Total do intangível		209.964	26.349	-	(933)	184.548

O intangível em formação refere-se a obras para ampliação da rede de distribuição de gás, principalmente para captação de clientes em Curitiba e região metropolitana. A Administração avalia periodicamente o andamento dessas obras e efetua a transferência para intangível em serviço quando da sua conclusão.

A Companhia adota a prática de avaliar periodicamente os seus investimentos através da avaliação de fluxo de caixa projetado até a data final da concessão trazido a valor presente e historicamente apresenta indicador positivo na avaliação da totalidade de seus investimentos.

Os prédios da sede administrativa e as bases operacionais são alugados de terceiros, cujos contratos vencerão em 2017. A Companhia tem um custo mensal com estes aluguéis de R\$ 223 aproximadamente.

### 11 Fornecedores

	2014	2013
Fornecedor de gás – Petrobras (partes relacionadas - nota explicativa 15)	252.102	51.502
Fornecedores de materiais e serviços no país	439	1.380
	252.541	52.882

### 12 Impostos a pagar

	2014	2013
Imposto de renda	-	942
Cofins	1.264	307
Pis	274	67
Imposto de renda retido na fonte	2.419	1.234
ICMS	250	839
INSS	447	374
FGTS	152	127
	4.806	3.890

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 13 Provisão para contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

#### 13.1 Ações prováveis

Natureza	Provisão			
	31/12/2014	(reversão)	Valor pago	31/12/2013
Trabalhistas (12.1.1)	746	(96)	-	842
Cíveis (12.1.2)	15.908	15.862	-	46
Valor líquido das provisões para litígios	16.654	15.766	-	888

Natureza	Provisão			
	31/12/2013	(reversão)	Valor pago	31/12/2012
Trabalhistas (12.1.1)	842	260	-	582
Cíveis (12.1.2)	46	(220)	-	266
Valor líquido das provisões para litígios	888	(40)	-	848

#### 13.1.1 Trabalhistas

Ações trabalhistas nas quais a Companhia é relacionada referem-se principalmente ao reconhecimento de vínculo empregatício e verbas de natureza salarial. A provisão foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

#### 13.1.2 Cíveis

As ações cíveis nas quais a Companhia é parte e referem-se, principalmente, a demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas. Com relação ao principal processo em aberto a companhia efetuou provisão no valor de R\$ 15 milhões para eventual desfecho desfavorável. A provisão cível foi constituída, considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração, para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas.

### 13.2 Ações possíveis

Natureza	2014		2013	
	Trabalhistas (12.2.1)	770	1.572	
Fiscais (12.2.2)	1.328	1.240		
Cíveis (12.2.3)	9.256	55.770		
Valor líquido das estimativas para litígios	11.354	58.582		

#### 13.2.1 Trabalhistas

Consistem principalmente de horas extras e reflexos, reconhecimento de vínculo e indenizações. Em 31 de dezembro de 2014, além dos processos já provisionados, existem outros de mesma natureza que totalizam R\$ 770 (R\$ 1.572 em 31 de dezembro 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos assessores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

#### 13.2.2 Fiscais

Decorrente de notificações fiscais relativas à compensação de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$ 1.328 (R\$ 1.240 em 31 de dezembro 2013). Com base no prognóstico de nossos assessores legais, não há necessidade de constituição de provisão, pois a expectativa de perda é possível.

#### 13.2.3 Cíveis

Demandas judiciais que compreendem basicamente ações de equilíbrio econômico-financeiro de contratos para a execução de obras ou serviços para a Companhia, propostos por empresas contratadas.

Em 31 de dezembro de 2014 o montante estimado como perda possível relativo as demandas cíveis era aproximadamente R\$ 9.256 (R\$ 55.770 em 31 de dezembro de 2013), não reconhecido pela Companhia no passivo como provisão para riscos cíveis.

Adicionalmente, há duas demandas judiciais impetradas pelos sócios minoritários da Companhia envolvendo as deliberações aprovadas pelo sócio majoritário na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária (68ª AGO e 69ª AGE) e do Conselho de Administração da Compagás. No âmbito da Assembléia, discute-se o orçamento de capital, a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, destinação do saldo das reservas de lucros e a remuneração dos administradores. No que se refere ao Conselho de Administração, questiona-se o quórum de aprovação das matérias e, conseqüentemente, a validade de deliberações proferidas na 91ª, 99ª, 101ª e 104ª Reuniões do Colegiado. A Administração da Companhia, embasada pela opinião de seus assessores legais, entende que a probabilidade de manutenção das decisões societárias tomadas e publicadas é possível, não existindo neste momento impactos contábeis a serem reconhecidos advindo destas demandas.

## 14 Patrimônio líquido

### 14.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 135.943 representado por 33.600.000 ações com valor nominal de R\$ 4,04 cada, sendo 11.200.000 ordinárias e 22.400.000 preferenciais. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social. A composição acionária em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Participação	Ordinárias	Preferenciais	Total
Companhia Paranaense de Energia-Copel	51,00%	5.712.000	11.424.000	17.136.000
Petrobras Gás S.A – Gaspetro	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda	24,50%	2.744.000	5.488.000	8.232.000
	100,00%	11.200.000	22.400.000	33.600.000

### 14.2 Reserva legal

O estatuto social determina que 5% do lucro líquido será aplicado na constituição da reserva legal, conforme trata o art. 193 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, até o limite de 20% do capital social integralizado.

### 14.3 Reserva de retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente do lucro de exercício, com base na proposta da Administração para atender ao plano de investimentos da companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo Conselho de Administração e submetido a Assembléia Geral.

Conforme previsto no art. 199 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações, alterada pela Lei nº 11.638/07, o saldo das reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social, atingindo esse limite, a Assembléia deliberará sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

### 14.4 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social (Artigo 35), aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não foram distribuídos dividendos antecipados.

A distribuição de lucros aos acionistas é demonstrada como segue:	2014		2013	
Lucro líquido do exercício	60.366	18.485		
Reserva legal	(3.018)	(924)		
Dividendos propostos pela Administração				
Dividendos	4.334	-		
Juros sobre capital próprio	11.768	5.165		
(-) IRRF - JCP	(1.765)	(775)		
Valor total dos dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	14.337	4.390		
Valor por lote de mil ações (ordinárias e preferenciais)	0,43	0,13		
Participação do dividendo/JCP no Lucro após reserva legal	25,0%	25,0%		

Conforme Lei 9.249/95 os juros sobre o capital próprio foram computados aos dividendos mínimos obrigatórios e contabilizados como despesas financeiras em conformidade com as normas contábeis. Para efeito de demonstração, esses juros foram eliminados das despesas financeiras e estão sendo apresentados na conta de reservas de lucros em contrapartida do passivo circulante.

Foi proposto pelo Conselho de Administração a destinação de dividendos adicionais no montante de R\$ 316 em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2014 e deliberado pela Assembléia Geral Extraordinária em 2 de abril de 2014.

### 14.5 Reserva de lucros não realizados financeiramente

A Companhia constituiu a reserva de lucros não realizados financeiramente com base no valor a receber da Companhia Paranaense de Energia – Copel (R\$ 3.476 em 31 de dezembro de 2013), líquida do IRPJ e da CSSL incidentes sobre a margem de distribuição ainda não realizada financeiramente, relativa ao contrato de fornecimento de gás à UEG – Araucária, da seguinte forma:

	2013	
Companhia Paranaense de Energia – Copel		5.267
IRPJ e CSLL (34%)	(1.791)	
		3.476

## 15 Transações com partes relacionadas

### 15.1 A Companhia efetuou transações com partes relacionadas e os principais saldos estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada / natureza da operação	Ativo		Passivo		Resultado	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Controlador</b>						
Companhia Paranaense de Energia - Copel						
Dividendos a pagar	-	-	7.311	2.239	-	-
Contas a receber	-	5.308	-	-	368	547
<b>Entidades com influência significativa</b>						
Petrobras Gás S.A. - Gaspetro						
Dividendos a pagar	-	-	3.513	1.076	-	-
Reembolso de salários	-	-	653	284	(369)	(401)
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.						
Dividendos a pagar	-	-	4.720	2.283	-	-
Reembolso de salários	-	-	682	313	(369)	(430)
<b>Outras partes relacionadas</b>						
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras						
Ship/Take or Pay	26.797	13.504	-	-	-	-
Aquisição de gás para revenda	-	-	252.103	51.502	(1.469.689)	(295.494)
Prestação de serviço de transporte					2.277	15.088
Petrobrás Distribuidora S.A. - Petrobras						
Receita com venda de gás	315	360	-	-	9.001	8.824
Outras receitas	-	-	-	-	-	-
Petrobrás Distribuidora S.A. - BR Asfaltos						
Receita com venda de gás	12	14	-	-	564	436
UEG Araucária Ltda.						
Receita com venda de gás	135.416	-	-	-	1.537.054	-
Copel Distribuição S.A.						
Consumo de energia elétrica	-	-	-	-	(189)	(114)
Receita com venda de gás	-	-	-	-	-	114
Copel Telecomunicações S.A.						
Rede conexão / internet	-	-	-	-	(128)	(74)
BNDES* e BNDESPAR						
Financiamentos	-	-	53.554	-	(746)	-

(\*) O BNDES é subsidiária integral do BNDES Participações que é acionista da Copel.

### 15.2 Remuneração dos Administradores

A ata da 72ª Assembléia Geral Extraordinária de 2 de abril de 2014, fixou para o ano de 2014 o montante para remuneração anual dos Administradores de R\$ 1.607 (R\$ 1.414 em 2013) e para remuneração anual do Conselho Fiscal o montante de R\$ 186 (R\$ 154 em 2013).

## 16 Benefícios a empregados

Os programas de benefícios pós-emprego da Companhia, podem ser classificados em dois programas específicos.

- Plano de benefício previdenciário
- Plano de benefício assistencial

### Balanco patrimonial e resultado do exercício

O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 4.844 (R\$ 2.499 em 2013) conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Plano de previdência	Plano de assistência saúde	Total 2014	Total 2013
Valor presente das obrigações totais	20.335	4.844	25.179	19.137
Valor justo dos ativos	(20.335)	-	(20.335)	(16.638)
Obrigação a descoberto	-	4.844	4.844	2.499

### 16.1 Plano de benefício previdenciário

O plano previdenciário, chamado de “Plano III”, é um plano de contribuição definida (CD) do tipo misto, caracterizado pela acumulação de poupanças durante a fase de atividade dos indivíduos e pela reversão da poupança em renda vitalícia no momento da conquista do direito aos benefícios. O cálculo do passivo de longo prazo atribuído à responsabilidade da Companhia é gerado apenas a partir da concessão do benefício e em 31 de dezembro de 2014, data do último cálculo atuarial, não há obrigação a ser reconhecida.

Os valores de despesa reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2014		2013	
Plano de previdência (CD)			1.438	1.173
			1.438	1.173

### 16.2 Plano de benefício assistencial

O plano assistencial que entrou em vigor a partir de abril de 2002, trata-se de um plano de saúde aos empregados e seus dependentes, denominado “Plano Pró-Saúde”, que é custeado por contribuições mensais da patrocinadora e dos empregados, calculadas de acordo com os custos respectivos no regime de repartição anual.

#### 16.2.1 Movimentação no valor presente das obrigações do Plano de Assistência saúde:

	2014	2013
Obrigações do plano benefício definido em 1 de janeiro	2.499	2.806
Custo do serviço corrente e juros (Ganho)/perda atuarial	907	439
	1.438	(746)
	4.844	2.499

#### 16.2.2 Componentes da despesa/(receita) do plano (Pró-saúde) projetada

	2014	2013
Custo do serviço	195	182
Custo dos juros	712	257
	907	439

Premissas utilizadas nos cálculos atuariais:

<b>Dados populacionais</b>	2014	
Ativos		
Número de participantes ativos:		162
Idade média em anos:		40,53
Serviço creditado total		7,02
Tempo para aposentadoria		16,17
Renda média em R\$		7.411,41
Aposentados		
Número de participantes aposentados:		1
Idade média em anos:		53,72
Benefício médio em R\$		1.058,00
População total		163

Hipóteses econômicas	
Taxa de anual de juro atuarial real (Duration)	6,15%
Taxa anual de inflação projetada	6,30%
Taxa anual real de evolução salarial	2,00%
Taxa anual de evolução custos médicos	3,00%
Taxa real de evolução de benefícios	0,00%
Taxa real de evolução de benefícios do regime geral	0,00%
Fator de capacidade (benefícios e salários)	96,85%

Hipóteses atuariais	
Taxa de rotatividade	0,0%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de invalidez	A. VINDAS
% de casados na data de aposentadoria	80%
Diferença de idade entre homens e mulheres	Real (ou 4 anos)

## 17 Debêntures

Emissão	Data de emissão	Nº de parcerias	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	2014
			Inicial	Final			
1ª	16.12.2013	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	62.626	29.657
2ª	16.06.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	-	13.237
3ª	21.10.2014	40	15.09.2015	15.12.2018	TJLP+1,7%a.a.+1%a.a.	-	10.660
							53.554

Mutuação dos debêntures	Não		2014	2013
	Circulante	circulante		
Ingressos	-	53.378	53.378	-
Encargos	-	3.114	3.114	-
Transferências		8.072	(8.072)	-
Amortização – principal	-	-	-	-
Pagamento – encargos	(2.938)	-	(2.938)	-
<b>Total</b>	<b>5.134</b>	<b>48.420</b>	<b>53.554</b>	<b>-</b>

### Características:

Debêntures simples, com série única, em emissão privada, com colocação exclusiva para a BNDESPAR, no valor de R\$ 62.626. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 1, na quantidade de 62.626 e o valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

### Encargos financeiros

Juros pagos trimestralmente.

### Finalidade

Financiar o plano de investimentos de 2013 a 2014 da emissora.

### Garantia

Flutuante.

### Garantidora

Compagas.

### Agente fiduciário

BNDES participações s.a. - BNDESPAR

### 17.1 Covenants

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alienar ou onerar bens integrantes do ativo da Companhia, sujeitos a registro de propriedade; ocorrência de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou liquidação ou decretação de falência da Companhia; alteração da estrutura societária da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR; mudança no objeto social da Companhia sem a prévia e expressa anuência da BNDESPAR. O descumprimento destas condições poderá implicar no vencimento antecipado das debêntures.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas dos Covenants previstas no contrato de debêntures.

Os gastos com serviço da dívida em 2014, no total de R\$ 2.938 referem-se ao pagamento de encargos.

### 18 Receita operacional líquida – venda de gás e serviços

	2014	2013
Receita de vendas de gás	2.032.186	467.750
Receita de prestação de serviços	2.277	15.088
Impostos sobre vendas	(369.817)	(100.827)
Receita operacional líquida	1.664.646	382.011

### 19 Custos e despesas por natureza

	2014	2013
--	------	------

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 22 Instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de mercado
- Risco de liquidez

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a caixa e equivalentes de caixa, clientes, fornecedores e debêntures.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 referentes a caixa e equivalentes de caixa, clientes, contas a receber e fornecedores se aproximavam dos valores de mercado em razão de suas características e condições comerciais pactuadas.

#### Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil	
	2014	2013
<b>Ativos financeiros</b>		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	92.936	34.427
Clientes	182.491	37.804
Disponíveis para venda		
Ativos financeiros da concessão	1.920	-
<b>Passivos financeiros</b>		
Outros passivos financeiros		
Fornecedores - aquisição de gás	252.103	51.502
Debêntures	53.554	-
Outros fornecedores	439	1.380

### 23 Fatores de risco

#### 23.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores. Este risco está relacionado com fatores internos e externos à Compagás.

	Valor contábil	
	2014	2013
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (i)	92.936	34.427
Clientes (ii)	182.491	37.804
	<u>275.427</u>	<u>72.231</u>

#### (i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa de R\$ 92.936 (R\$ 34.427 em 31 de dezembro de 2013), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. A composição e a política de gestão de caixa e equivalentes estão descritos na nota explicativa 4.

#### (ii) Clientes

Esse risco é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes pulverizada e gerenciamento das contas a receber identificando os recebimentos e detectando possibilidades de inadimplência, suspendendo o fornecimento de gás e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais, sempre que possível.

Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi estabelecida no valor de R\$ 1.310 (R\$ 1.077 em 31 de dezembro de 2013) e representa 2,7% (3,2% em 31 de dezembro de 2013) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito. Os vencimentos e movimentação da provisão está demonstrada na nota explicativa 6. Devido ao acompanhamento das contas a receber e a política de cobrança, o índice de inadimplência apresenta o valor médio de 1,4% (3,9 % em 31 de dezembro de 2013) .

#### 23.2 Risco de mercado

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da “cesta de óleos” e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido.

#### (i) Risco de taxa de câmbio

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a companhia computar prejuízos decorrentes de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais(R\$) das contas a pagar sobre o gás adquirido da Petrobrás. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes via tarifa, quando possível.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	2014		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	252.103	252.103
	<u>-</u>	<u>252.103</u>	<u>252.103</u>
	2013		
	Ativo	Passivo	Exposição líquida
Fornecedores			
Aquisição de gás	-	51.502	51.502
	<u>-</u>	<u>51.502</u>	<u>51.502</u>

A Companhia mantém monitoramento permanente dessas flutuações e não há exposição a operações com derivativos. A Companhia não opera com derivativos.

#### 23.3 Risco de liquidez

Risco de liquidez é inerente a descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em obter recursos, afetando a capacidade financeira. A Companhia administra o risco de liquidez através da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos e mantém seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente nas demonstrações financeiras até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

	2014					
Instrumentos financeiros não derivativos	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos		Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	92.936	-	-	-	-	92.936
Clientes	182.491	-	-	-	-	182.491
	<u>275.427</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>275.427</u>
<b>Passivo</b>						
Debêntures	5.134	-	48.420	-	-	53.554
Fornecedores - aquisição de gás	252.103	-	-	-	-	252.103
	<u>257.237</u>	<u>-</u>	<u>48.420</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>305.657</u>
	2013					
Instrumentos financeiros não derivativos	Até um ano	Mais de um e até dois anos	Mais de dois e até cinco anos	Mais de cinco anos		Total
<b>Ativo</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	34.427	-	-	-	-	34.427
Clientes	37.804	-	-	-	-	37.804
	<u>72.231</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72.231</u>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores - aquisição de gás	51.502	-	-	-	-	51.502
	<u>51.502</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>51.502</u>

### 24 Seguros

A Companhia mantém política de contratar cobertura de seguros para os investimentos efetuados para atender ao contrato de concessão e contra riscos operacionais compatíveis com seu porte e suas operações. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Data de vigência	Importância segurada R\$	Prêmio pago
Riscos operacionais	31/10/2014 a 30/10/2015	3.600	370
Responsabilidade civil e danos materiais	26/04/2014 a 26/04/2015	470	4
Responsabilidade civil e danos materiais	16/09/2014 a 16/09/2015	600	18
Responsabilidade civil e danos materiais	18/12/2014 a 18/12/2015	11.500	6
Garantia Judicial	04/02/2014 a 03/02/2015	56.938	199

Contador  
Marcelo Pereira da Silva  
CRC-PR 034803/O-0

## PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COMPAGAS

### Exercício de 2014

O Conselho Fiscal da Companhia Paranaense de Gás – COMPAGAS, no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente e Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

Com base nos exames efetuados e à vista do parecer favorável da KPMG Auditores Independentes, datado de 12 de fevereiro de 2015, emitido sem ressalvas, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão e votação nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária dos acionistas da COMPAGAS.-x-x-

Curitiba, 26 de fevereiro de 2014.

Luis Fernando Araújo Stellfeld Irineu Soares Celso José de Faria Viana

Observação: Este Parecer é parte integrante da Ata da 103ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 26 de fevereiro de 2015, que apreciou as Demonstrações Contábeis do exercício de 2014 e as propostas da Administração.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da  
Companhia Paranaense de Gás - Compagas  
Curitiba - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paranaense de Gás – Compagas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre essas informações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Paranaense de Gás – Compagas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri  
Contador CRC 1PR048555/O-2